

Eletrobrás afeta mercado secundário

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O mistério da influência da Eletrobrás sobre o mercado secundário da dívida externa brasileira acaba de ser resolvido. A empresa não entrou diretamente no mercado, mas acabou por afetá-lo dada a dimensão de sua dívida externa que vence neste ano, US\$ 2,2 bilhões — algo como 10% de tudo que se negociou no mercado secundário no ano recorde de 1988.

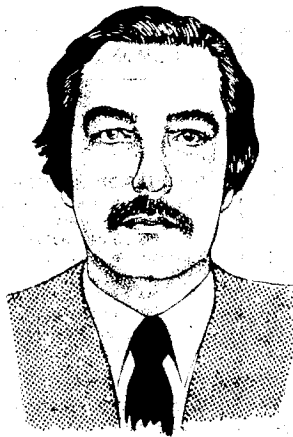
Tudo começou quando a Eletrobrás se tornou a primeira empresa estatal, e por enquanto a única, a receber o aviso de prioridade emitido pela Secretaria de Planejamento (Seplan) para o programa de reempréstimo (o "relanding") dos bancos credores do País, previsto para começar no início deste ano e até agora não implementado.

"Assim que recebemos o aviso de prioridade, começamos a contatar nossos principais credores", disse na sexta-feira a este jornal o diretor financeiro da Ele-

trobrás, Luís Aníbal de Lima Fernandes. "Começamos com o Banco do Brasil, que é a nossa prioridade no momento, mas também procuramos bancos credores estrangeiros, e recebemos boa receptividade", acrescentou.

Foi em parte por isso que o preço dos "Deposit Facility Agreement" (DFA) do Banco Central do Brasil saltou cerca de quatro pontos nos últimos dez dias. A Anz McCaughan de Londres os cotava ontem a 34,50 centavos por dólar nominal na venda. Acontece que para participar do "relanding" da Eletrobrás, os bancos credores precisam ser titulares de DFA. Depois de contatados, vários deles foram ao mercado adquirir-los.

"Eu nem tinha percebido essa correlação, mas é muito possível", admite Luís Aníbal. "Os bancos credores precisam entregar seus DFA ao Banco Central, que então emitirá o dinheiro para nos reempréstimo. E se eles estiverem com poucos títulos,



Luís Aníbal de Lima
Fernandes

precisarão comprá-los de terceiros."

O programa de "relanding" da Eletrobrás é o grande negócio do mercado secundário neste ano. Todo o movimento de recompra de dívida da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, não passa de US\$ 45 milhões, ou 2% do volume de dinheiro que a Eletrobrás estará operando ao

longo do segundo semestre deste ano.

Na realidade, nem toda a dívida externa da empresa entrará no mercado ou será empregada no "relanding". O crescimento de crédito da União prevê uma rolagem de 58% da dívida de US\$ 2,2 bilhões que vence neste ano. O que estará no mercado serão os 42% restantes, US\$ 930 milhões. Teoricamente, a companhia teria que gerar os cruzados necessários para gerar esse câmbio em moeda forte. Mas, com a situação atual das tarifas, evidentemente isso não será viável", reconhece Luís Aníbal. Os 42% serão negociados por isso no programa de reempréstimo. Desse total, a maior parcela, de US\$ 500 milhões, está sendo negociada pela empresa com o Banco do Brasil. Mesmo assim, sobram cerca de US\$ 430 milhões para reempréstimos com os credores estrangeiros — cerca de dez vezes mais que as operações de recompra de dívida da CVRD.

Luís Aníbal já entrou em

contato com os principais credores da empresa, como o Bank of America, o Chase Manhattan, o Citibank e o Chemical Bank, entre os norte-americanos, assim como com bancos credores da Inglaterra, da França e do Japão. A receptividade é boa, segundo ele, mas falta a definição de um fator essencial pelo Banco Central para dar início real ao programa de reempréstimo.

E a comissão que as empresas estatais poderão pagar aos bancos credores. Aníbal diz que os bancos estrangeiros não se estão recusando a emprestar às estatais, mas sim aguardando a definição do Banco Central. Sabe-se que os bancos reivindicam uma comissão de 1% das estatais para fazer reempréstimos, e espera-se no mercado que o Banco Central ofereça um percentual menor.

A Eletrobrás está renegociando sua dívida externa total de US\$ 7 bilhões com os bancos comerciais também em outras frentes. Desse total, US\$ 3 bilhões

são devidos ao Banco do Brasil e o restante aos bancos credores estrangeiros. A empresa pretende renegociar o principal para pagamento em dez anos, com dois ou três anos de carência, para não ficar indefinidamente prisioneira do reempréstimo. Ela está sendo assessorada, nessa renegociação, pelo secretário internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral.

"O reempréstimo resolve nossa situação neste ano", argumenta Luís Aníbal, "mas o problema é que ele tem que ser renegociado ano a ano. Com a renegociação do principal, nós teríamos um alívio por dois ou três anos e depois não precisaríamos renegociar todo ano."

Dos US\$ 2,2 bilhões que vencem neste ano, a Eletrobrás deve US\$ 1,5 bilhão a credores privados. O restante corresponde a empréstimos das instituições financeiras internacionais. E desse total US\$ 1 bilhão corresponde a pagamentos do principal.